STJ00116264 - V. 5

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado IV da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro e ex-Presidente do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont.

# 5

# NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

## DIREITOS REAIS

5ª edição
revista, ampliada e atualizada
2023

saraiva jur

OBRA COMPLETA: 978-65-536-0771-8
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

G135n Gagliano, Pablo Stolze

Direitos Reais / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. - 5. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023. (Novo Curso de Direito Civil)

592 p.

ISBN: 978-65-5362-599-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.

CDD 347
2022-3638 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

691335

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos
**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteado
**Gerência editorial** Thais Cassoli Reato Cézar

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Jeferson Costa da Silva (coord.)
Daniel Pavani Naveira

**Design e produção** Daniele Debora de Souza (coord.)
Flavio Teixeira Quarazemin
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** Rafael Cancio Padovan
**Revisão** Juliana Bormio
**Capa** Deborah Mattos
**Produção gráfica** Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
**Impressão e acabamento** Vox Gráfica

**Data de fechamento da edição: 7-12-2022**

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 643411 CL 606183 CAE 819271

STJ00116264 - V. 5

# Índice

*Agradecimentos* ..... VII
*Prefácio* ..... IX
*Apresentação* ..... XI
*Nota dos Autores* ..... XIII

## Capítulo I
## Noções Introdutórias sobre Direitos Reais

1. Direitos Reais: denominação e conceito ..... 1
2. Objeto dos Direitos Reais ..... 2
3. Compreensão dos Direitos Reais no diálogo das fontes do Direito ..... 4
4. Natureza da relação jurídica real e a distinção entre "direitos reais" e "direitos pessoais" ..... 4
5. Obrigação *propter rem*: conceito e distinções (ônus real e obrigação com eficácia real) ..... 7
6. Classificação dos direitos reais ..... 10

## Capítulo II
## Principiologia dos Direitos Reais

1. Introdução ..... 13
2. Função social ..... 13
3. Tipicidade ..... 19
4. Publicidade ..... 21
5. Vedação ao abuso de direito ..... 23
6. Boa-fé objetiva ..... 25

## Capítulo III
## Noções Gerais sobre Posse

1. Conceito e natureza jurídica ..... 29
2. Teorias da posse ..... 32

3. Teoria adotada pelo Código Civil ..... 37

4. Detenção ..... 38

5. Posse de direitos (*possessio juris*) ..... 41

6. Classificação da posse ..... 43

6.1. Quanto ao exercício e gozo (posse direta e posse indireta) ..... 44

6.2. Quanto à existência de vício (posse justa e posse injusta) ..... 45

6.3. Quanto à legitimidade do título ou ao elemento subjetivo (posse de boa-fé e posse de má-fé) ..... 48

6.4. Quanto ao tempo (posse nova e posse velha) ..... 51

6.5. Quanto à proteção (posse *ad interdicta* e posse *ad usucapionem*) ... 51

7. Composse ..... 53

## Capítulo IV
## Aquisição e Perda da Posse

1. Introdução ..... 55

2. Momento de aquisição da posse ..... 55

3. Legitimidade para aquisição da posse ..... 57

4. Modalidades de perda da posse ..... 59

## Capítulo V
## Efeitos da Posse

1. Introdução ..... 61

2. Percepção dos frutos e produtos ..... 61

3. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa ..... 64

4. Indenização pelas benfeitorias realizadas ..... 64

## Capítulo VI
## Sistema de Proteção Possessória

1. Considerações introdutórias ..... 69

2. Compreensão da proteção possessória como um sistema ..... 69

2.1. Proteção possessória de direito material ..... 70

2.2. Tutela processual da posse ..... 71

## Capítulo VII
## Noções Gerais sobre Propriedade

1. Introdução ..... 85
2. Conceito ..... 85
3. Propriedade, domínio e direito à propriedade ..... 87
4. Elementos constitutivos (poderes inerentes à propriedade) ..... 90
5. Características ..... 91
6. Extensão ..... 93
7. Objeto ..... 94
8. Classificação ..... 95
   8.1. Quanto à extensão do direito do titular (alcance subjetivo) ..... 95
   8.2. Quanto à perpetuidade do domínio (alcance temporal) ..... 96
   8.3. Quanto à localização e destinação da propriedade (alcance finalístico) ..... 97
9. Algumas palavras sobre a função social da propriedade ..... 99
10. Tutela processual da propriedade ..... 100

## Capítulo VIII
## Propriedade Fiduciária

1. Introdução ..... 103
2. Conceito e distinção necessária (propriedade resolúvel x propriedade *ad tempus*) ..... 103
3. Alienação fiduciária em garantia ..... 106
   3.1. Conceito ..... 106
   3.2. Disciplina codificada ..... 108
   3.3. Alienação fiduciária e adimplemento substancial ..... 117
   3.4. Noções fundamentais sobre a alienação fiduciária de bens imóveis ..... 122

## Capítulo IX
## Uma Visão Geral sobre as Formas de Aquisição de Propriedade

1. Considerações iniciais ..... 127
2. Classificação das formas de aquisição de propriedade em originária e derivada ..... 127

3. Modo de aquisição comum da propriedade mobiliária e imobiliária..... 128
4. Modos de aquisição exclusivos da propriedade imobiliária ..... 129
5. Modos de aquisição exclusivos da propriedade mobiliária..... 129
6. Propriedade aparente..... 130

## Capítulo X
## Usucapião

1. Introdução..... 133
2. Conceito e pressupostos..... 135
3. Principais espécies de usucapião ..... 143
3.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238, CC) ..... 143
3.2. Usucapião ordinária (art. 1.242, CC) ..... 146
3.3. Usucapião constitucional (ou especial) rural ou *pro labore* (art. 191, CF; art. 1.239, CC) ..... 148
3.4. Usucapião constitucional (ou especial) urbana ou *pro misero* (art. 183, CF; art. 1.240, CC; art. 9.º do Estatuto da Cidade).... 152
3.5. Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 do Estatuto da Cidade)..... 157
3.6. Usucapião rural coletiva (art. 1.228, §§ 4.ª e 5.º, do Código Civil) ..... 159
3.7. Usucapião familiar (art. 1.240-A do Código Civil)..... 167
3.8. Usucapião indígena..... 171
3.9. Usucapião administrativa (art. 1.071 do Código de Processo Civil) ..... 172
3.10. Algumas palavras sobre a usucapião da propriedade superficiária..... 177
3.11. Usucapião e pandemia ..... 179

## Capítulo XI
## Registro Imobiliário

1. Introdução..... 181
2. Noções conceituais sobre registro imobiliário ..... 181
3. Distinções terminológicas..... 183
4. Principais sistemas de registro de imóveis ..... 186
5. Principiologia ..... 189
6. Escrituração ..... 191
7. Registro Torrens..... 191

## Capítulo XII
## Acessão

1. Conceito ..... 195
2. Distinção entre acessão e benfeitoria ..... 196
3. Acessão natural: formação de ilhas ..... 198
4. Acessão natural: aluvião ..... 200
5. Acessão natural: avulsão ..... 202
6. Acessão natural: álveo abandonado ..... 204
7. Acessão artificial: construções e plantações ..... 205

## Capítulo XIII
## Aquisição da Propriedade Mobiliária

1. Introdução ..... 213
2. Modalidades ..... 213
   2.1. Usucapião ..... 214
   2.2. Ocupação ..... 217
   2.3. Achado de tesouro ..... 219
   2.4. Tradição ..... 220
   2.5. Especificação ..... 223
   2.6. Confusão, comistão e adjunção ..... 224

## Capítulo XIV
## Uma Visão Geral sobre as Formas de Perda de Propriedade

1. Considerações iniciais ..... 227
2. Algumas palavras sobre o rol codificado de modalidades de perda da propriedade ..... 227
3. Alienação ..... 228
4. Renúncia ..... 228
5. Abandono ..... 229
6. Perecimento da coisa ..... 231
7. Desapropriação ..... 232
8. Usucapião ..... 234
9. Confisco ..... 234
10. Outras modalidades ..... 235

## Capítulo XV
## Direitos de Vizinhança

1. Conceito e natureza jurídica ..... 237
2. Uso anormal da propriedade (arts. 1.277 a 1.281) ..... 240
3. Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284) ..... 245
4. Passagem forçada (art. 1.285) ..... 247
5. Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287) ..... 250
6. Das águas (arts. 1.288 e 1.296) ..... 251
7. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem (arts. 1.297 e 1.298) ..... 256
8. Direito de construir (arts. 1.299 a 1.313) ..... 258

## Capítulo XVI
## Condomínio

1. Noções introdutórias ..... 267
2. Condomínio voluntário ..... 267
   2.1. Administração do condomínio ..... 268
   2.2. Direitos e deveres dos condôminos ..... 269
3. Condomínio necessário ..... 277
4. Condomínio edilício ..... 279
   4.1. Conceito e estrutura jurídica ..... 279
   4.2. Direitos e deveres dos condôminos ..... 285
   4.3. Administração do condomínio ..... 292
   4.4. Extinção do condomínio ..... 297
5. Algumas palavras sobre o condômino antissocial ..... 297
6. Condomínio de lotes ..... 300
7. Multipropriedade ou *time sharing* ..... 302
8. Fundos de investimento ..... 308
9. Condomínio edilício e pandemia ..... 312

## Capítulo XVII
## Noções Gerais sobre Direitos Reais na Coisa Alheia

1. Introdução ..... 315

2. Noções conceituais ..... 315
3. Classificação ..... 318
4. Constituição e extinção ..... 319

## Capítulo XVIII
## Direito de Superfície

1. Conceito e partes ..... 321
2. Constituição ..... 324
3. Características ..... 326
4. Transmissibilidade do direito de superfície ..... 329
5. O direito de superfície e os enunciados das Jornadas de Direito Civil ..... 330
6. Extinção do direito de superfície ..... 333

## Capítulo XIX
## Servidão

1. Introdução ..... 337
2. Conceito e conteúdo ..... 337
3. Classificação e proteção possessória ..... 340
4. Institutos correlatos ..... 344
5. Constituição ..... 345
6. Exercício do direito real de servidão ..... 347
7. Extinção ..... 351

## Capítulo XX
## Usufruto

1. Conceito ..... 355
2. Classificação ..... 357
   2.1. Quanto à origem ..... 358
      2.1.1. Usufruto voluntário ou convencional ..... 358
      2.1.2. Usufruto legal ..... 358
      2.1.3. Usufruto constitucional ..... 359
   2.2. Quanto ao objeto ..... 362

2.3. Quanto ao alcance ou extensão ..... 362
2.4. Quanto à duração ..... 363
3. Objeto e cessibilidade ..... 363
4. Direitos e deveres do usufrutuário ..... 364
4.1. Direitos do usufrutuário (arts. 1.394 a 1.399, CC) ..... 364
4.2. Deveres do usufrutuário (arts. 1.400 a 1.409, CC) ..... 365
5. Usufruto vidual ..... 368
6. Usufruto e partilha em vida ..... 370
7. Usufruto e fideicomisso ..... 374
8. Extinção do usufruto ..... 378
8.1. Renúncia ou morte do usufrutuário ..... 379
8.2. Termo final ..... 380
8.3. Extinção da pessoa jurídica, em favor de quem o usufruto foi constituído, ou, se ela perdurar, pelo decurso de trinta anos da data em que se começou a exercer ..... 380
8.4. Cessação do motivo do qual se origina o usufruto ..... 380
8.5. Destruição da coisa ..... 381
8.6. Consolidação ..... 382
8.7. Culpa do usufrutuário ..... 383
8.8. Pelo não uso ou não fruição da coisa ..... 384

## Capítulo XXI
## Uso

1. Noções introdutórias ..... 387
2. Conceito e principais características ..... 387
3. Modos de constituição e extinção do direito real de uso ..... 388
4. Direitos e deveres do usuário e do constituinte ..... 389
5. Interpretação constitucional das normas do direito real de uso ..... 390

## Capítulo XXII
## Habitação

1. Conceito e características ..... 393
2. Registro imobiliário ..... 394
3. Direito de habitação e as relações sucessórias ..... 396
4. Duração do direito de habitação ..... 400
5. Direito de habitação do(a) companheiro(a) ..... 402

## Capítulo XXIII
## Direito do Promitente Comprador de Imóvel

1. Introdução ..... 405
2. Considerações acerca do contrato de promessa de compra e venda.... 405
3. Natureza jurídica e conceito do direito do promitente comprador..... 408
4. Breve histórico sobre o direito do promitente comprador: um passeio no tempo ..... 410
5. O direito do promitente comprador e o direito de família ..... 417
6. Adjudicação compulsória ..... 419

## Capítulo XXIV
## Uma Visão Geral sobre os Direitos Reais de Garantia

1. Introdução ..... 425
2. Princípio da acessoriedade ou da gravitação jurídica e características..... 426
3. Legitimidade (plano subjetivo) e objeto (plano objetivo) do direito real de garantia..... 429
4. Efeitos do pagamento parcial da dívida e o princípio da indivisibilidade..... 440
5. Direito de preferência..... 441
6. Prazo do direito real da anticrese ..... 442
7. Vencimento da dívida..... 442
8. Garantia prestada por terceiro..... 444
9. Proibição do pacto comissório ..... 444
10. Responsabilidade remanescente do devedor..... 447

## Capítulo XXV
## Penhor

1. Conceito..... 449
2. Modos de constituição e espécies de penhor ..... 453
3. Direitos e deveres do credor pignoratício ..... 455
   3.1. Direitos do credor pignoratício..... 455
   3.2. Obrigações do credor pignoratício..... 459
4. Modalidades especiais de penhor ..... 461

4.1. Penhor rural ..... 461
4.1.1. Penhor agrícola ..... 462
4.1.2. Penhor pecuário ..... 464
4.2. Penhor industrial e mercantil ..... 465
4.3. Penhor de direitos e de títulos de crédito ..... 465
4.4. Penhor de veículos ..... 470
5. Extinção do penhor ..... 471

## Capítulo XXVI
## Hipoteca

1. Introdução ..... 475
2. Conceito e importância ..... 475
3. Características ..... 476
4. Espécies de hipoteca ..... 480
5. Objeto da hipoteca ..... 483
5.1. Os imóveis e os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles... 483
5.2. O domínio direto ..... 483
5.3. O domínio útil ..... 484
5.4. As estradas de ferro ..... 484
5.5. Os recursos naturais a que se refere o art. 1.230, independentemente do solo onde se acham ..... 485
5.6. Os navios ..... 485
5.7. As aeronaves ..... 486
5.8. O direito de uso especial para fins de moradia ..... 489
5.9. O direito real de uso ..... 489
5.10. A propriedade superficiária ..... 490
6. Registro da hipoteca e princípios jurídicos ..... 491
7. Sub-hipoteca ..... 492
8. Aquisição de imóvel hipotecado ..... 494
9. Reflexões sobre a Súmula 308 do STJ ..... 496
10. Extinção da hipoteca ..... 499
10.1. Extinção da obrigação principal ..... 499
10.2. Perecimento da coisa ..... 499
10.3. Resolução da propriedade ..... 501
10.4. Renúncia do credor ..... 502
10.5. Remição ..... 502
10.6. Arrematação ou adjudicação ..... 503

10.7. Cancelamento do registro ou da hipoteca ..... 504
11. Perempção da hipoteca ..... 505
12. Garantia hipotecária e bem de família ..... 507

## Capítulo XXVII
## Anticrese

1. Conceito ..... 513
2. Direitos e deveres do credor anticrético ..... 516
3. Extinção e remissão da anticrese ..... 517

## Capítulo XXVIII
## Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

1. Considerações introdutórias ..... 519
2. Conceito ..... 520
3. Disciplina normativa ..... 522

## Capítulo XXIX
## Concessão de Direito Real de Uso

1. Noções conceituais ..... 525
2. Tratamento legal ..... 526
3. Extensão do direito e diferenciações relevantes ..... 527
4. Prazo prescricional da pretensão de cobrança da contraprestação devida pelo direito de uso ..... 528

## Capítulo XXX
## Direito de Laje

1. Introdução ..... 531
2. Conceito ..... 535
3. Tratamento jurídico ..... 536
   3.1. Cessão da superfície superior ou inferior de uma propriedade (art. 1.510-A, *caput*, do Código Civil) ..... 537
   3.2. Autonomia do direito de laje (art. 1.510-A, §§ 3.º e 4.º, do Código Civil) ..... 538

3.3. Direito a sobrelevações sucessivas (art. 1.510-A, § 6.º, do Código Civil) ..... 539
3.4. Compartilhamento das despesas necessárias à conservação e fruição das partes que sirvam a todo o edifício (art. 1.510-C do Código Civil) ..... 540
3.5. Direito de preferência (art. 1.510-D do Código Civil) ..... 543
3.6. Matrícula do direito real de laje (art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos – LRP) . 544
4. O direito real de laje e o art. 799, X e XI, do Código de Processo Civil ..... 546
5. Ruína da construção e o direito de laje ..... 548

*Referências* ..... 551

STJ00106014 - V. 7

**Pablo Stolze Gagliano**

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da UFBA – Universidade Federal da Bahia, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

**Rodolfo Pamplona Filho**

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da UNIFACS – Universidade Salvador. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho da Estácio (em parceria tecnológica com o CERS Cursos *on-line*). Professor Associado II da graduação e da pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

# NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

## Direito das Sucessões 7

**5ª edição**
**revista e atualizada**
**2018**

saraiva jur

STJ00106014 - V. 7

ISBN 978-85-472-2973-3 volume 7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze

Novo curso de direito civil, volume 7 : direito das sucessões / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito das sucessões 3. Direito das sucessões - Brasil I. Pamplona Filho, Rodolfo II. Título.

x-xxxxx CDU 347.65(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito das sucessões : Direito civil 347.65(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

**Presidente** Eduardo Mufarej
**Vice-presidente** Claudio Lensing
**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin

**Conselho editorial**
**Presidente** Carlos Ragazzo
**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Gerência**
**Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller
**Editorial** Roberto Navarro

**Edição** Deborah Caetano de Freitas Viadana

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Laura Paraíso Buldrini Filogônio

**Diagramação e revisão** Markelangelo Design e Projetos Editoriais

**Comunicação e MKT** Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

**Capa** Roney Camelo
**Produção gráfica** Marli Rampim
**Impressão e acabamento** Bartira

**Data de fechamento da edição: 8-1-2018**

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604679 CAE 624903

691335

# Índice

*Agradecimentos* ..... 7
*Mensagem de Abertura* ..... 9
*Prefácio à Primeira Edição* ..... 23
*Apresentação da Primeira Edição* ..... 25
*Nota dos Autores à Quinta Edição* ..... 27
*Nota dos Autores à Quarta Edição* ..... 29
*Nota dos Autores à Terceira Edição* ..... 31
*Nota dos Autores* ..... 33

Capítulo I
INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. A morte como um fato jurídico ..... 35
2. Compreensão do Direito Sucessório: conceito e fundamentação jurídico-ideológica ..... 38
3. Sistemas sucessórios e a questão da legítima ..... 41
4. Breve visão histórica do Direito das Sucessões ..... 44
5. Noções basilares sobre herança ..... 45
   5.1. Conceito ..... 46
   5.2. Natureza jurídica do direito à herança ..... 47
6. Sucessão hereditária: conceito e espécies ..... 48
   6.1. Classificação da sucessão hereditária pela matriz normativa . 49
   6.2. Classificação da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos ..... 51
7. O Direito das Sucessões nos Códigos Civis brasileiros de 1916 e 2002 51

Capítulo II
PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. Introdução ..... 53
2. A dificuldade de uma sistematização principiológica do Direito das Sucessões ..... 53
3. Princípios gerais relevantes para o Direito das Sucessões ..... 54
   3.1. Dignidade da pessoa humana ..... 55

3.2. Igualdade ..... 57
3.3. Função social da propriedade ..... 57
3.4. Boa-fé ..... 59
3.5. Autonomia da vontade ..... 61
4. Princípios específicos do Direito Sucessório ..... 62
4.1. Princípio da *Saisine* ..... 62
4.1.1. Considerações etimológicas ..... 62
4.1.2. Noções históricas ..... 64
4.1.3. Conceito ..... 65
4.2. Princípio *(non) ultra vires hereditatis* ..... 68
4.3. Princípio da função social da herança ..... 71
4.4. Princípio da territorialidade ..... 71
4.5. Princípio da temporariedade ..... 73
4.6. Princípio do respeito à vontade manifestada ..... 74

## Capítulo III
## DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SUCESSÃO

1. Introdução ..... 77
2. Analisando criticamente a positivação brasileira do Direito das Sucessões ..... 77
3. Noções gerais sobre sucessões no Brasil ..... 79
4. A natureza dos interesses objeto da sucessão hereditária ..... 80
4.1. Da suposta sucessão em interesses jurídicos morais ..... 81
4.2. Da "sucessão" de pessoas jurídicas ..... 82
5. A confusa disciplina jurídica da sucessão pelo(a) companheiro(a) 83

## Capítulo IV
## ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA

1. Noções introdutórias ..... 89
2. Administração da herança ..... 89
3. Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante) 93
4. Sucessão em bens de estrangeiros ..... 96

## Capítulo V
## ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1. Introdução ..... 99

2. Aceitação da herança ..... 100
2.1. Distinção entre aceitação e delação da herança ..... 101
2.2. Importância histórica ..... 101
2.3. Classificação ..... 102
2.3.1. Aceitação expressa ..... 102
2.3.2. Aceitação tácita ..... 102
2.3.3. Aceitação presumida ..... 103
2.4. Efeitos ..... 104
2.5. Revogação da aceitação ..... 105
2.6. Transmissibilidade do direito de aceitação da herança ..... 105
3. Renúncia da herança ..... 106

## Capítulo VI
## CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

1. Introdução ..... 111
2. Compreendendo a natureza da chamada "renúncia translativa" ..... 112
3. Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários ..... 113
4. Disciplina jurídica ..... 113
5. Necessidade da autorização conjugal ..... 118
6. Aspectos tributários ..... 120

## Capítulo VII
## VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1. Introdução ..... 123
2. Relembrando as diferenças conceituais de legitimidade e capacidade 123
3. Legitimados para a sucessão hereditária em geral ..... 126
4. Legitimidade especial na sucessão testamentária ..... 128
4.1. Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual) ..... 128
4.1.1. Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual ..... 134
4.1.2. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião ..... 135
4.2. Pessoas jurídicas ..... 137
4.3. Fundações ..... 138

4.3.1. Relembrando as etapas para criação de uma fundação 139
4.3.1.1. Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial ... 139
4.3.1.2. Instituição por escritura pública ou testamento 140
4.3.1.3. Elaboração dos estatutos ... 140
4.3.1.4. Aprovação dos estatutos ... 141
4.3.1.5. Realização do Registro Civil ... 142
4.3.2. Notas conclusivas sobre a vocação hereditária de fundações ... 142
5. Impedimentos legais sucessórios ... 142
6. Da "vocação hereditária" de animais e coisas ... 145

## Capítulo VIII
## EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1. Introdução ... 147
2. Exclusão por indignidade ... 150
2.1. Causas de exclusão por indignidade ... 153
2.1.1. Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado ... 154
2.1.2. Delitos contra a honra ... 156
2.1.3. Violência ou fraude ... 158
2.2. Efeitos da exclusão por indignidade ... 161
3. Teoria do herdeiro aparente ... 162
4. Perdão do indigno ... 163
5. Deserdação ... 164
5.1. Introdução e breve histórico ... 164
5.2. Conceito ... 165
5.3. Hipóteses legais de deserdação ... 166
5.4. Procedimento ... 169
5.5. Efeitos de deserdação e direito de representação ... 170
5.6. Considerações finais ... 172

## Capítulo IX
## HERANÇA JACENTE

1. Finalidade do capítulo ... 175
2. Conceito ... 175

3. Natureza ..... 176
4. Arrecadação ..... 177
5. Herança vacante ..... 178
6. Disciplina processual ..... 180

## Capítulo X
## DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1. Introdução ..... 183
2. Conceito ..... 183
3. Natureza jurídica e objetivos ..... 184
4. Prazo para exercício ..... 185
5. Legitimidade ..... 187
6. A petição de herança e a boa-fé ..... 188

## Capítulo XI
## SUCESSÃO LEGÍTIMA

1. Introdução ..... 191
2. Noções conceituais prévias ..... 192
3. Ponderações críticas acerca do instituto da herança legítima ..... 193
   3.1. Sobre a (im)possibilidade de gravação de bens da legítima... 198
   3.2. Justa causa para gravação de bens da legítima ..... 200
4. Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima ..... 204
   4.1. Considerações gerais e regras fundamentais ..... 204
   4.2. Relembrando noções básicas dos regimes de bens no Código Civil brasileiro ..... 206
      4.2.1. Regime de comunhão parcial de bens ..... 206
      4.2.2. Regime de comunhão universal de bens ..... 208
      4.2.3. Regime de participação final nos aquestos ..... 208
      4.2.4. Regime da separação convencional de bens ..... 209
      4.2.5. Regime da separação legal ou obrigatória de bens ..... 210
   4.3. Sucessão pelo descendente ..... 212
      4.3.1. Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial ..... 214

4.3.2. Compreensão da expressão "bens particulares" para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente ..... 218
4.3.3. Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens ..... 220
4.4. Sucessão pelo ascendente ..... 226
4.5. Sucessão pelo cônjuge ..... 228
4.5.1. O usufruto vidual ..... 228
4.5.2. Direito real de habitação ..... 231
4.5.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge ..... 234
4.6. Sucessão pela(o) companheira(o) ..... 238
4.7. Sucessão pelo colateral ..... 243
4.8. Sucessão pelo ente público ..... 247

## Capítulo XII
## DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Introdução ..... 249
2. Breve histórico e considerações terminológicas ..... 249
3. Conceito ..... 251
4. Características ..... 251
5. Fundamento e finalidade ..... 254
6. Efeitos ..... 254
7. Considerações finais ..... 255

## Capítulo XIII
## SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1. Considerações iniciais ..... 257
2. Noções gerais sobre o testamento ..... 257
2.1. Sobre o poder de testar ..... 258
2.2. Conceito e natureza jurídica ..... 262
2.3. Características essenciais ..... 264
2.4. Modalidades classificatórias do testamento ..... 267
3. Algumas palavras sobre a visão histórica do testamento ..... 268
4. Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento 271
4.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé ..... 272
4.2. Capacidade de testar ..... 272

4.3. Objeto do testamento ..... 274
4.4. Forma prescrita em lei ..... 275
4.5. Prazo das ações de invalidade de testamento ..... 275

5. O testamenteiro ..... 277
5.1. Conceito e natureza jurídica ..... 277
5.2. Formas de designação ..... 278
5.3. Requisitos para o exercício ..... 279
5.4. Atribuições ..... 280
5.5. Retribuição ..... 281
5.6. Prazo ..... 284
5.7. Responsabilidade ..... 284
5.8. Extinção regular da testamentaria ..... 285
5.9. Destituição ou renúncia do testamenteiro ..... 285

6. Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária ..... 286

## Capítulo XIV
## FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Introdução ..... 289

2. Algumas palavras sobre formas proibidas de testamento ..... 290

3. Testamento público ..... 291
3.1. Requisitos de validade ..... 292
3.2. Das peculiaridades do testamento público por características pessoais do testador ..... 295
3.3. Aspectos processuais ..... 297
3.4. Considerações acerca da publicidade desta forma de testamento 297

4. Testamento cerrado ..... 299
4.1. Requisitos de validade ..... 300
4.2. Sobre a confecção do testamento cerrado ..... 302
4.3. Das peculiaridades do testamento cerrado por características pessoais do testador ..... 303
4.4. Procedimento para abertura do testamento cerrado ..... 304

5. Testamento particular ..... 305
5.1. Noções gerais ..... 305
5.2. Aspectos processuais ..... 307

## Capítulo XV
## FORMAS EXTRAORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Considerações iniciais ..... 311

2. Testamento marítimo e aeronáutico ..... 312
2.1. Crítica à "criatividade" da nova forma codificada ..... 312
2.2. Procedimento de elaboração ..... 313
2.3. Caducidade ..... 314
3. Testamento militar ..... 315
3.1. Procedimento de elaboração ..... 315
3.2. Caducidade ..... 316
3.3. Observações sobre o testamento nuncupativo ..... 317
4. Discussão sobre a possibilidade jurídica do testamento vital ou biológico ..... 318

## Capítulo XVI
## CODICILO

1. Esclarecimento topológico ..... 323
2. Conceito e denominação ..... 323
3. Finalidade e objeto do instituto ..... 324
4. Forma ..... 326
5. Relação do codicilo com o testamento ..... 328
6. Revogação ..... 328

## Capítulo XVII
## DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Finalidade do capítulo ..... 331
2. Delimitação conceitual de uma disposição testamentária ..... 331
3. Tipologia das disposições testamentárias ..... 332
4. Sobre a interpretação do testamento ..... 333
5. Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados ..... 335
6. Sobre a validade das cláusulas testamentárias ..... 337
7. Prazo para impugnação das disposições testamentárias ..... 341
8. Das limitações de eficácia ..... 343
9. Cláusulas de restrição de propriedade ..... 343

## Capítulo XVIII
## LEGADOS

1. Introdução ..... 349

2. Noções conceituais ..... 349
3. Sujeitos ..... 350
4. Objeto ..... 351
5. Tipologia ..... 354
6. Efeitos ..... 356
7. Pagamento ..... 359
8. Caducidade ..... 361

## Capítulo XIX
## DIREITO DE ACRESCER E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Introdução ..... 365
2. Direito de acrescer ..... 365
3. Redução das disposições testamentárias ..... 369

## Capítulo XX
## SUBSTITUIÇÕES

1. Introdução ..... 375
2. Substituição vulgar ou ordinária ..... 376
3. Substituição recíproca ..... 378
4. Substituição fideicomissária (fideicomisso) ..... 379
5. Substituição compendiosa ..... 384

## Capítulo XXI
## EXTINÇÃO DO TESTAMENTO (INVALIDADE, CADUCIDADE, REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO)

1. Introdução ..... 385
2. Considerações classificatórias ..... 385
3. Invalidade do testamento ..... 386
   3.1. Prazo das ações de invalidade de testamento ..... 388
   3.2. Conversão do testamento nulo ou anulável ..... 390
4. Inexecução do testamento ..... 393
   4.1. Caducidade ..... 393

4.2. Revogação ..... 395
4.3. Rompimento ..... 397

## Capítulo XXII
## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

1. Introdução ..... 401
2. Conceito ..... 402
3. Regimes de bens e planejamento sucessório ..... 403
3.1. Comunhão parcial de bens ..... 403
3.2. Comunhão universal de bens ..... 408
3.3. Participação final nos aquestos ..... 408
3.4. Separação de bens ..... 411
3.5. Implicações sucessórias do regime de bens adotado ..... 412
4. O Direito Societário e o planejamento sucessório ..... 417
5. Planejamento sucessório e partilha em vida ..... 419

## Capítulo XXIII
## INVENTÁRIO

1. Introdução ..... 423
2. Delimitação conceitual e classificação do inventário ..... 423
3. Inventário e espólio ..... 425
4. Administração provisória da herança ..... 425
5. O inventariante ..... 427
5.1. Legitimidade para a designação ..... 428
5.2. Atribuições ..... 429
5.3. Designação ..... 430
5.4. Remoção ..... 431
6. Início e prazo do inventário ..... 432
7. Liquidação da herança ..... 434
7.1. Sonegados ..... 434
7.2. Colações ..... 435
7.3. Pagamento das dívidas ..... 438
7.4. Avaliação e cálculo do imposto ..... 441
8. Inventário negativo ..... 443
9. Inventário administrativo ..... 444

10. Inventário judicial ..... 446
10.1. Procedimento judicial no inventário comum ..... 447
10.2. Arrolamento ..... 449
10.3. Alvará judicial ..... 450

## Capítulo XXIV
## PARTILHA

1. Finalidade do capítulo ..... 453
2. Noções conceituais fundamentais ..... 453
3. Espécies de partilha ..... 454
4. Legitimidade para requerimento da partilha ..... 455
5. Partilha em vida ..... 456
6. Isonomia na partilha ..... 456
7. Alienação judicial ..... 456
8. Homologação da partilha ..... 457
9. Da garantia dos quinhões hereditários ..... 459
10. Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória ..... 459
11. Sobrepartilha ..... 460

## Capítulo XXV
## RESÍDUOS SUCESSÓRIOS

1. Finalidade do capítulo ..... 463
2. Delimitação conceitual ..... 464
3. Tratamento jurídico ..... 465
4. Resíduos sucessórios e relações trabalhistas ..... 467
5. A título de arremate ..... 468

*Referências* ..... 471